

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA LUISA DUARTE DE PAULA

**ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E PERCEPÇÃO LABORAL: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PELO VIÉS EDUCACIONAL**



Rio Claro
2020

ANA LUISA DUARTE DE PAULA

ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E PROFISSÕES:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O QUE PENSARAM AS
CRIANÇAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I

Orientadora: Célia Regina Rossi

Coorientadora: Marília Frassetto de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2020

P324e Paula, Ana Luisa Duarte de
Estereótipo de Gênero e Percepção Laboral : uma revisão bibliográfica pelo viés educacional / Ana Luisa Duarte de Paula.
-- Rio Claro, 2020
57 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de
Bióciências, Rio Claro
Orientadora: Célia Regina Rossi
Coorientadora: Marília Frassetto de Araújo

1. Relações de gênero. 2. Estereótipos. 3. Percepção
laboral. 4. Crianças. 5. Profissões. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico este trabalho aos meus pais.

Com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força e coragem em seguir em frente com esse trabalho. Em um ano tão atípico, com a pandemia da Covid-19, tive que segurar na mão Dele para continuar a escrever e finalizar este projeto.

Aos meus pais Edna Regina Duarte de Paula e Ananias Rodrigues de Paula por acreditarem e confiarem em mim desde o dia do meu nascimento. Agradeço por investirem na minha educação e por batalharem para realizar meus sonhos e desejos. Vocês são tudo para mim.

Ao meu querido irmão Guilherme Duarte de Paula por ser minha fortaleza, meu melhor amigo; e por acreditar tanto em Deus e passar essa certeza para mim.

Ao meu namorado Thiago Fernandes Pereira por ter me ajudado na parte de formatação acadêmica do trabalho e por me incentivar a seguir meus objetivos.

Aos meus familiares não citados, mas que sempre serão meu porto seguro.

À minha co-orientadora Marília Frassetto de Araújo pela paciência, compreensão e parceria no decorrer de toda a minha trajetória com esse trabalho.

À minha orientadora Célia Regina Rossi por acreditar no meu trabalho e me incentivar a fazer o melhor.

Aos meus professores do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNESP de Rio Claro, e agora amigos de profissão, pelos ensinamentos transmitidos.

E agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Rio Claro) pela oportunidade de aprender e realizar minha (r)evolução.

A todos vocês minha eterna gratidão.

Eu quero um punhado de estrelas maduras.

Eu quero a doçura do verbo viver.

Caio Fernando Abreu

RESUMO

O assunto deste trabalho surgiu nas instituições de ensino creche, escolas (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e Universidade. Dessa forma, o trabalho de conclusão de curso teve como objetivo apresentar e problematizar a percepção laboral dos/as estudantes das instituições de ensino e a relação dessa percepção com os estereótipos de gênero através de uma revisão bibliográfica. As questões de gênero estão produzindo nas crianças modelos comportamentais estereotipados. Está se tornando comum a naturalização dos papéis desiguais atribuídos a homens e mulheres (AUGUSTINI; ROSSI, 2015), isso é o chamado “estereótipo de gênero”. Em outras palavras, a mulher restringe-se às atividades reprodutivas na esfera privado e o homem às produtivas no espaço público, trabalhos estes que são mais valorizados socialmente. Assim, através da metodologia de revisão bibliográfica foram analisadas as produções científicas produzidas nos últimos 10 anos no Portal de Periódicos CAPES e Base de Dados da *Scientific Library Online* – SciELO sobre a percepção laboral e o estereótipo de gênero. Alguns/as pesquisadores/as afirmam que os estereótipos que relacionam a ciência aos homens podem limitar os interesses das meninas em determinadas atividades e carreiras e direcionar para carreiras vistas como femininas. Segundo a National Science Foundation, quando as meninas não veem as mulheres em determinadas profissões, é muito provável que elas também não se vejam no futuro dessas carreiras.

Foi possível concluir que o gênero diz respeito ao social e não biológico. Além disso, muitos/as estudantes das instituições escolares analisados apresentaram a visão do estereótipo de algumas profissões. Com isso, foi possível observar de que maneira os/as alunos/as são levados a crer nesse estereótipo de gênero, apresentando a família, escola, mídia, brinquedos e brincadeiras como grandes influenciadores.

Palavras-chave: Relações de gênero. Estereótipos. Percepção Laboral. Crianças. Profissões.

ABSTRACT

The subject of this work appeared at day care institutions, schools (Elementary School I, Elementary School II and High School) and University. Thus, the course completion work aimed to present and problematize the job perception of students from educational institutions and the relationship between this perception and gender stereotypes through a bibliographic review. Gender issues are producing stereotyped behavioral models in children. It is becoming common for naturalization of unequal roles attributed to men and women (AUGUSTINI; ROSSI, 2015), this is called the "gender stereotype". In other words, women are restricted to reproductive activities in the private sphere and men to productive ones in the public space, jobs that are more socially valued. Therefore, through the literature review methodology, the scientific productions produced in the last 10 years on the CAPES Periodical Portal and Scientific Library Online Database - SciELO on work perception and gender stereotype were analyzed. Some researchers claim that the stereotypes that relate science to men can limit girls' interests in certain activities and careers and target careers seen as feminine. According to the National Science Foundation, when girls do not see women in certain professions, it is very likely that they will not see themselves in the future of these careers either.

It was possible to conclude that gender is related to social and not biological. In addition, many students from the analyzed school institutions presented the stereotype view of some professions. With that, it was possible to observe how students are led to believe in this gender stereotype, presenting the family, school, media, toys and games as great influencers.

Keywords: Gender relations. Stereotypes. Labor Perception. Kids. Professions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temática dos artigos encontrados no Portal de Periódico Capes.....	27
Quadro 2 - Seleção de artigos para análise e uso no Portal de Periódicos Capes...	27
Quadro 3 - Temática dos artigos encontrados na Biblioteca Eletrônica SciELO.....	29
Quadro 4 - Seleção de artigos para análise e uso na pesquisa na Biblioteca Eletrônica Scielo	29
Quadro 5 - Tabela de identificação dos artigos analisados.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. LEVANTAMENTO TEÓRICO.....	11
2.1. Conceituando gênero.....	11
2.2. Estereótipo de gênero.....	12
2.3. Gênero ao longo da história até chegar à sala de aula.....	13
2.4. Gênero na escola.....	16
2.5. Percepção laboral e estereótipo de gênero.....	20
3. METODOLOGIA.....	25
3.1. Portal de Periódicos Capes.....	26
3.2. Biblioteca Eletrônica SciELO.....	28
4. ANÁLISES DOS DADOS: CATEGORIAS QUE EMERGIRAM APÓS AS ANÁLISES DOS ARTIGOS.....	31
4.1. Categoria: presença da mulher no mercado de trabalho e desvalorização.....	32
4.2. Categoria: profissões e estereótipo de gênero.....	33
4.3. Categoria: o que pensaram os/as estudantes das instituições de ensino.....	35
4.4. Categoria: influências – como se dá a percepção laboral das crianças em relação às profissões e os estereótipos de gênero.....	38
4.4.1 <i>Família</i>	39
4.4.2 <i>Escola e professores</i>	41
4.4.3 <i>Mídia</i>	42
4.4.4 <i>Brinquedos e brincadeiras</i>	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

Diante da crescente problemática de estereótipo de gênero e educação, o atual trabalho pretendeu apresentar e analisar estudos sobre a percepção laboral dentro das instituições de ensino acerca das profissões e os estereótipos de gênero. Para tanto, foi utilizado o conceito de gênero defendido por Santos e Amâncio (2014). Ambas as autoras acreditam que “o gênero prende-se com as relações sociais centradas nas diferenças percebidas entre os sexos e com as relações de poder” (SCOTT, 1986 apud SANTOS; AMÂNCIO, 2014, p. 700-726).

Dessa forma, os estereótipos de gênero são as versões comuns e socialmente aceitas sobre os gêneros masculinos e femininos. Daniela Finco (2016), em seus estudos afirmou que, desde o nascimento, os meninos e meninas demonstram preferências, comportamentos e personalidades mais adequadas para o seu sexo e assim prosseguem com os padrões pré-estabelecidos.

Por ser um tema muito relevante e o problema se encontrar na atualidade, essa discussão de estereótipo de gênero e profissão se fez necessária, pois é preciso analisar se existem esses estereótipos em relação às profissões, e, se for o caso, de onde surgiram. A escola, a família, a sociedade, a mídia e os brinquedos e brincadeiras dizem muito sobre gênero. Cada uma dessas instâncias pode influenciar de maneira negativa ou positiva na construção do sujeito, ao indicar o que é “certo” e o que é “errado” para cada sexo; o que é esperado para homens e mulheres.

Com isso, a pesquisa teve como objetivo conhecer, analisar e problematizar o que os estudos já disseram sobre o pensamento dentro das instituições de ensino quanto às profissões e os estereótipos de gênero e o que essas pesquisas falaram sobre isso, refletindo, assim, sob o olhar e a percepção deles/as. Tudo isso foi analisado por meio de levantamento bibliográfico.

A pesquisa foi organizada em 5 capítulos. A introdução foi focada em apresentar o tema em questão. O seguinte foi o levantamento teórico, que buscou mostrar como se deu a ideia de estereótipo de gênero e como o mesmo apareceu na sociedade até chegar às instituições de ensino. O terceiro trouxe a abordagem metodológica que foi utilizada para a realização dessa pesquisa, assim como seu desenvolvimento. No quarto capítulo a autora buscou analisar os dados encontrados

e discutiu sobre esses dados. Por fim, no quinto, e último capítulo, a autora trouxe suas considerações finais sobre a pesquisa.

A abordagem metodológica utilizada foi de cunho qualitativo. Justifica-se a opção do método qualitativo pelo interesse em compreender as diferentes visões que as instituições de ensino já tiveram sobre estereótipos de gênero e profissões, uma vez que “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser explorada e interpretada pelos próprios pesquisadores” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009, p.22). Esse levantamento de dados se deu através de estudos publicados nos últimos 10 anos sobre o tema.

Com o intuito de direcionar a busca pelos artigos e teses estudadas, foram selecionadas as palavras “Relações de gênero”, “Estereótipos”, “Profissões” e “Crianças”.

2. LEVANTAMENTO TEÓRICO

2.1 Conceituando gênero

Para melhor compreender o tema deste estudo considerou-se pertinente partir da discussão sobre o conceito de gênero e diferencia-lo de sexo, já que muitas pessoas ainda apresentam dificuldade para distingui-los.

O termo gênero foi um grande suporte de apoio no desenvolvimento dos estudos feministas que ocorreram na década de 1970 (PRATES, 2014). “Esse uso do termo gênero constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas” (SCOTT, 1995, p. 75). Assim, segundo Rabelo, o gênero é definido como

Uma construção social de atributos diferentes a homens e mulheres efetivada durante toda a vida, o que acaba por determinar as relações entre os sexos em vários aspectos. O uso deste termo visa, assim, sublinhar o caráter social das distinções fundadas sobre o sexo e a rejeição do uso da palavra sexo que, etimologicamente, se refere à condição orgânica que distingue o macho da fêmea, enquanto a palavra gênero se refere ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. (2010, p. 161).

Ou seja, o gênero é uma construção social. Segundo Joan Scott (1995), o gênero é a organização social da diferença sexual percebida entre os sexos e estabelece significados para as diferenças corporais. Para essa autora, estas diferenças são hierarquizadas dentro de uma maneira de pensar engessada e dual, principalmente no que diz respeito à significação das relações de poder.

Olhando para o gênero como forma de organização social, Louro (1997) apresenta outra visão sobre ser homem e ser mulher:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (1997, p. 41).

Diante dessa fala de Louro (1997), foi possível compreender que não apenas o sexo biológico define homens e mulheres, mas também o modo de ser e estar no mundo através das trocas de relações. “As relações de gênero são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. O gênero é construído

historicamente, sendo, portanto, variável e mutável” (SOUZA; CARVALHO, 2003, p. 8). Dessa forma, um indivíduo pode nascer homem ou mulher, mas seus gostos e gestos podem ser outros, influenciando, assim, comportamentos relativos a cada gênero. Com isso, adentrou-se em outro patamar importante a ser discutido e que foi de grande relevância para o tema aqui estudado: o estereótipo de gênero.

2.2 Estereótipo de gênero

Como visto acima, foi considerado que “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, uma construção social de ideias sobre papéis adequados a homens e mulheres” (Rabelo, 2010, p. 162). Essa adequação a que se refere Rabelo (2010), diz respeito ao chamado estereótipo de gênero. “A palavra estereótipo tem origem na língua grega e é formada na união dos termos *stereos*, que significa sólido e *typos*, que significa molde” (SBCCOACHING, 2018). Ou seja, pode-se definir o conceito de estereótipo como um molde sólido. E esse molde serve, então, para traçar um perfil simplificado e baseado em pré-conceitos e informações superficiais sobre o que é “certo” ou “errado” para cada sexo.

Os estereótipos são rótulos e impressões criadas de maneira generalizada pelo senso comum. Segundo Vianna e Finco (2009), há um direcionamento social no qual, para as meninas é ensinado a serem dóceis, frágeis, a cuidar dos filhos e da casa. Já para os meninos, é valorizada a virilidade, a força e a inteligência intelectual, fugindo, assim, do seio familiar. Logo, tanto meninos quanto meninas “são alvos de controle, monitoramento e indução na construção de sua masculinidade e feminilidade.” (LIRA; NUNES, 2016, p.185). Porém, “as crianças não nasceram com vontades e pensamentos inatos ao consumo e à diferenciação de gêneros. A cultura infantil, as corporações, os contextos histórico e social é que as moldam para essa identidade” (MORAES; SCHMIDT, 2010, p. 11).

Como afirma Louro (1997), o gênero é uma construção social e cultural. Dessa forma, a criança não nasce com o pré-conceito de estereótipo de gênero, mas lhe é ensinado através do contato com outras crianças e adultos, com a família, com a escola e com a mídia.

Implica perceber que esse modo único e difundido de compreensão é reforçado pelas explicações oriundas das ciências biológicas e também pelas instituições sociais, como a família e a escola, que omitem o processo

de construção dessas preferências, sempre passíveis de transformações (VIANNA; FINCO, 2009, p. 270).

Assim, na citação acima ficou explícito como a criança vai desenvolvendo o pré-conceito no contato social. Esse conceito nasce na criança através da influência que a família exerce sobre ela/e, com a convivência escolar com outras crianças e professores/as que estão incumbidos de preconceitos, através dos brinquedos e brincadeiras direcionados para cada sexo e, por fim, com a influência da mídia.

2.3 Gênero ao longo da história até chegar à sala de aula

Segundo as autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 284), deve-se ter muito cuidado e preocupação quanto ao estudo de gênero. Através de pesquisas publicadas em revistas e em grupos de estudos, foi possível observar o avanço de grandes discussões sobre o tema. Porém, segundo as autoras (2007), “a fertilidade de conteúdo dos dias atuais contrasta com a trajetória difícil que a categoria análise de gênero enfrentou no campo historiográfico”. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal que tinha a figura do homem como referência. Esse homem centrava seu interesse na política e no domínio público, locais estes onde as mulheres pouco apareciam. (SOIHET; PEDRO, 2007).

Porém, de acordo com Joan Scott (1992), uma das mais importantes contribuições das pesquisadoras feministas foi a descrença em um único sujeito humano universal (o homem).

A história das mulheres – com suas complicações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública – implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 286).

“As mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar” (RAGO, 1998, pg. 91). Com essas falas foi possível observar a submissão da mulher em relação ao homem. As primeiras discussões sobre as desigualdades entre homens e mulheres iniciaram-se com a figura feminina. As características biológicas, o jeito materno de ser e a pouca força física estava no centro dessa concepção de

superioridade do homem. Essas concepções se tornaram naturais, e essa “naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais” (SANTOS, 2010, p. 3). Ainda segundo essa autora (2010), para adentrar nas discussões, o movimento feminista aproveitou o momento das mudanças que marcavam a história ocidental europeia a partir do século XVIII, que estava vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana.

A estudiosa Cristina Molina em seu estudo publicado como “Dialética Feminista do Ilusionismo” (1994), chama a atenção para a obra do filósofo *Ponlain de la Barre* (1675 *apud* MOLINA, 1994) como o marco teórico inicial do feminismo. Com seus estudos, a ideia deste autor é que “a desigualdade entre homens e mulheres não é consequência da desigualdade natural baseada na biologia, mas, pelo contrário, é a desigualdade social e política que produz teorias que postulam a inferioridade da natureza feminina”. (GUIMARÃES, 2005, p. 78).

Em 1791, *Olympe de Gouges* (seu verdadeiro nome era Marie Gouze e adotou o codinome *Olympe* para assinar seus panfletos e petições em uma grande variedade de frentes de luta. Ela acabou por ser guilhotinada em 1793, condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher “desnaturada”) publicou a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs e fez uma denúncia da exclusão das mulheres no tocante ao princípio do universalismo dos direitos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 200-?). No documento, “a autora requer que a diferença sexual não justifique a exclusão das mulheres do poder e da cidadania política, e que haja uma participação política de homens e mulheres e igual dignidade para os dois sexos” (GUIMARÃES, 2005, p. 79), como se podem constar nos Artigos II e III da Declaração:

Artigo II: O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo III: O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem, nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 200-?)

Dessa forma, diante de todas essas publicações e discussões feitas pelas feministas, foi possível observar que o objetivo delas era fazer com que a população compreendesse que as tarefas destinadas historicamente às mulheres não tem sua

origem na natureza e sim na sociedade. A Revolução Francesa de 1789 e a consequente divisão sexual do trabalho se intensificou na sociedade capitalista. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, ficou ainda mais explícito a repartição de espaço público (dominado pelo homem) e espaço privado, que correspondia ao espaço doméstico e era pouco valorizado (QUITETE; VARGENS; PROGIANTI, 2010). Com a expansão das discussões feministas, as lutas por igualdade se intensificaram e tiveram maior visibilidade em diversos países. No Brasil, no século XIX, as feministas reivindicavam educação, trabalho e direitos iguais para homens e mulheres. “Dentro dos princípios liberais, as brasileiras, como as norte-americanas, européias e de outros países de América Latina, apoiavam um maior desempenho do papel de mãe e de educadora dos futuros cidadãos como justificativa para seus direitos.” (GUIMARÃES, 2005, p. 82).

Com o avanço da tecnologia, o trabalho mecânico progrediu na estrutura social mundial. A força de trabalho feminina, ainda que “mais fraca” do que a masculina, agora ganha espaço. Com a industrialização, ambos passaram a ter a mesma força necessária para o trabalho (SANTOS, 2010).

Houve um aproveitamento de mão de obra feminina e infantil, mais baratas, mantendo o mesmo ritmo de produção. Essa incorporação foi uma garantia de sobrevivência para o núcleo familiar dos operários (QUITETE; VARGENS; PROGIANTI, 2010, p. 229).

Além disso, depois do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, houve como consequência a falta da população masculina, pois os mesmos se encontravam em campos de batalha e muitos perderam a vida. Assim, deu-se a necessidade de oferecer oportunidade para as mulheres trabalharem (FRAZÃO; ROCHA, 2005).

De fato, todas as “limitações” femininas que faziam das mulheres mais fracas ou menos aptas a determinadas atividades do que os homens são construções da sociedade a fim de as diferenciarem. Segundo Santos (2010), neste contexto o conceito de gênero é construído como categoria social que interfere no cotidiano das pessoas.

A família é apresentada enquanto instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem (RAMOS; NASCIMENTO, 2008). Antes mesmo de nascer, já são criadas expectativas para o novo indivíduo. Assim, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera.

As pessoas aprendem a esperar certos tipos de comportamento e reações dos outros baseadas na sua categoria de sexo, respondendo aos outros baseadas no que acreditam ser esperado delas e assumem que os outros agirão da mesma forma (SANTOS, 2010, p. 8).

Além da influência da família, assim que adentram na escola as crianças já possuem uma representação de gênero, trazendo consigo preconceitos e colaborando para criar papéis estereotipados (WHITAKER, 1995). Para esse autor (1995), a educação nos dias atuais é o modelo estereotipado no qual o homem é o responsável pelo sustendo e a mulher é responsável pelo bem-estar da família. Segundo Louro (1997), a escola é um espaço de informação e formação de pensamento crítico. Porém, a mesma ainda contribui para a manutenção de relações desiguais entre homens e mulheres, participando diretamente da formação de uma sociedade opressora.

A partir disso, foi preciso pensar e refletir sobre a maneira na qual é ensinado a questão do gênero na escola, já que a educação tem um papel fundamental na aquisição de costumes e regras culturais.

2.4 Gênero na escola

Pode-se observar que desde muito pequenos, meninas e meninos são socializados em diferentes papéis. Além da família, a escola também entra nessa “normatização” sobre o que é indicado para cada indivíduo conforme o seu gênero. Apesar de grandes avanços, a instituição escolar ainda caminha em passos lentos para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa,

Onde direitos e deveres são respeitados, perpetuando assim a cultura machista, e suas sequelas refletem na própria sociedade, pois esta criança educada nos moldes patriarcais, será um/a adulto/a, que fará escolhas, pautadas na educação e oportunidades que teve. Uma sociedade desigual em oportunidades gera injustiças e compromete a equidade social. Entramos assim, num círculo vicioso, onde as mulheres e os homens começam a ser “formatados” desde antes do nascimento, para exercer o seu “devido” papel dentro da sociedade ao qual pertencem (DIAS, 2019, p. 15).

Apesar de não ser mais tão visível, como no passado, a distinção entre homens e mulheres na escola agora aparece de maneira mais sutil. Desde seus inícios, a escola exerceu uma ação distintiva. Ela começou a separar os sujeitos, tornando aqueles que estavam presentes na escola como diferentes dos outros que

não estavam. Depois, a escola também dividiu aqueles que estavam lá dentro, através de hierarquia e classificação. Ela também se mostrou diferente para ricos e pobres, e por fim, separou os meninos e meninas. (DIAS, 2019). Os meninos e meninas se apropriam das relações de gênero resultantes de uma pedagogia que reforça os estereótipos de gênero “e o disciplinamento dos corpos, das roupas, dos acessórios, materiais escolares e brinquedos.” (DIAS, 2019, p. 16).

Dessa forma, na escola, foi possível observar diversas relações de poder, e uma delas é o gênero. Vários são os exemplos em que foi encontrada a divisão binária dos corpos dentro da escola, começando com a divisão do banheiro de menino e menina, divisão da turma em grupos de meninos e grupos de meninas, assim também como as roupas e acessórios padronizados (DIAS, 2019). Coisas simples como as filas diferenciadas para cada sexo comprovam que a escola está longe de ser um exemplo a ser seguido. Apesar de ser considerada por Finco (2008) como uma forma de organização e para facilitar o trabalho do/a professor/a, as filas são feitas também para separar os meninos, vistos como bagunceiros, das meninas, que são vistas como exemplo a ser seguido, e completa:

“Filas de meninas” e “filas de meninos”, realizadas repetidas vezes e cotidianamente, vai confinando os comportamentos das meninas para que sejam mais responsáveis, dedicadas, comunicativas, estudiosas, interessadas e sensíveis” (FINCO, 2008, p. 3).

A escola, através de símbolos e códigos demarca espaços e emoldura modos de ação, e dessa produz identidades de gênero, certificando, assim, lugares de meninos e meninas.

Em vigência desde o ano de 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) é um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais nas escolas brasileiras públicas e particulares para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Por isso, é um registro importante para a promoção da igualdade no sistema educacional, colaborando para a formação integral, e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Este documento entende a criança como um sujeito de direitos, e com isso estabelece alguns direitos de aprendizagem, entre eles:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro,

o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. (BRASIL, 2017, p.34).

Dessa forma, a escola é o primeiro local de contato da criança com outros/as meninos e meninas, sendo eles/as de diferentes culturas, origens e classes. Surge então a necessidade de ultrapassar a desigualdade de gênero. As diferenças podem ser percebidas, contudo não podem ser neutralizadas.

Apesar da importância das questões de gênero na educação, foi apenas a partir de 1990 que os avanços puderam ser notados. Porém, a defesa e a ampliação desse direito social não pôde ser observada devido à política econômica adotada no país naquele período, de cunho capitalista (DIAS, 2019).

Segundo a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a ampliação dos direitos foi consagrada na Constituição brasileira, que se consolidou na década de 1990 e encontrou nos documentos internacionais uma fonte de inspiração e pressão para ampliar as demandas dos direitos de gênero no Brasil (2000). Em 2000, o Brasil, junto com outros 155 governos, foi um dos países que participou da “Declaração de Jomtien”. Uma das metas deste projeto refere-se “à promoção da igualdade entre os gêneros e o empoderamento das mulheres, previstas como medidas necessárias para a melhoria das condições de vida pela Organização das Nações Unidas (ONU)” (VIANNA; UNBEHAUM, 2006).

Já em 2002, o primeiro Relatório Nacional Brasileiro constou que ainda há lacunas a serem preenchidas pelo governo em relação à igualdade de gênero no país (Brasil, 2002). O décimo artigo do documento recomenda que os Estados brasileiros eliminem a discriminação contra as mulheres nas esferas educacionais:

A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino (BRASIL, 2002, p. 162).

Além disso, o documento sugere assegurar às mulheres condições quanto à carreira e à capacitação profissional, bem como a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino (VIANNA; UNBEHAUM, 2006).

Em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) foi aprovado. Este documento tem o objetivo de servir como um guia de reflexão de

cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, 1998). Este referencial defende a importância de se transmitir valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos distintos. Segundo Vianna e Unbehaum (2006), este documento defende que meninos e meninas brinquem com as possibilidades relacionadas tanto aos papéis femininos, como aos papéis masculinos e enfatiza o dever dos/as professores/as na desconstrução dos significados de gênero.

O espelho continua a se fazer necessário para a construção e afirmação da imagem corporal em brincadeiras nas quais meninos e meninas poderão se fantasiar, assumir papéis, se olharem (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 32).

É importante possibilitar diferentes movimentos que aparecem em atividades como lutar, dançar, subir e descer de árvores ou obstáculos, jogar bola, rodar bambolê etc. Essas experiências devem ser oferecidas sempre com o cuidado de evitar enquadrar as crianças em modelos de comportamentos estereotipados, associados ao gênero masculino e feminino, como, por exemplo, não deixar que as meninas joguem futebol ou que os meninos rodem o bambolê (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 37)

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) se deu entre 1995 e 1997 e teve por objetivo nortear os currículos do ensino fundamental e médio em todo o território nacional, representando, assim, um importante passo na inclusão da perspectiva de gênero (VIANNA; UNBEHAUM, 2006). Foi no tópico de Orientação Sexual que o gênero ganhou força. Este capítulo traz como objetivo “combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.” (BRASIL, PCN, 1997, p. 99). No entanto, a principal crítica ao documento é o seu caráter centralizador e a dificuldade de implementá-lo em um território tão amplo quanto o Brasil

Os PCN inovaram ao introduzir a perspectiva de gênero como uma dimensão importante da constituição da identidade de crianças e de jovens e de organização das relações sociais. A compreensão das relações de gênero, de como se constroem e se estabelecem em nossa sociedade é apresentada como fundamental para qualquer proposta de organização curricular. Há cuidado em definir o conceito de gênero e apontar as implicações desta questão nas relações e conteúdos escolares. A forma como encaminham a orientação do trabalho docente atende à demanda do movimento de mulheres: o combate ao sexismo. Entretanto, apesar dos PCN se constituírem em um importante instrumento de referência para a formação e a atuação dos professores em sala de aula, estudos vêm demonstrando que poucas escolas os incorporaram na prática. (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 420).

Porém, em 2006, foi criado o programa “Gênero e Diversidade na Escola”, destinado à formação de professores/as de escolas públicas (DIAS, 2019). Segundo Finco (2013), este documento teve como proposta

Apresentar aos educadores/as da rede pública do Ensino Fundamental no Brasil uma noção de respeito e valorização da diversidade (...) com a intenção de problematizar com os/as professores/as a questão dos comportamentos preconceituosos não só de gênero, mas também de raça e orientação sexual, buscando trabalhar uma visão ampla de direitos humanos (FINCO, 2013, p. 4)

Entretanto, apesar dos esforços dos/as professores/as, legisladores e da comunidade científica, o Brasil ainda carece muito de informação e formação especializada e qualificada sobre o tema. Nas escolas, é comum encontrar professores/as que não têm conhecimento do assunto e não sabem como abordar em sala de aula, por isso não o fazem (DIAS, 2019). Nos cursos de formação para Professores/as o tema também é bastante debilitado. Isso gera um ciclo vicioso em que os futuros/as educadores/as não têm contato nos cursos de formação com a relação de gênero e escola, e por este motivo não apresentam o tema aos alunos/as de forma adequada e às vezes, simplesmente não é falado sobre isso na escola. No final, quem se prejudica é o aluno.

2.5 Percepção laboral e estereótipos de gênero

Como visto acima, homens e mulheres têm passado por um processo de construção social que impõe estereótipos e padrões de comportamento, e muitas vezes estes vão de encontro com a profissão escolhida por eles (ATAIDE; NUNES, 2016). Os estereótipos de gênero estão arraigados nas profissões como em qualquer outra área da vida humana.

A insistente divisão de gênero, tanto na apropriação do conhecimento, como no trabalho; segrega as mulheres a ocupações desvalorizadas, precárias e mal pagas, reforçando, assim, a invisibilidade de seus trabalhos (ROSEMBERG, 2002). Segundo Lorraine Code (2000), num passado não muito longe, a ciência justificou a inferioridade da mulher e a dominação masculina atestando que elas tinham um cérebro diferente e mais frágil que o dos homens, portanto eram menos inteligentes e era considerado normal elas não terem a inteligência necessária ao pensamento

intelectual abstrato e à liderança na vida pública. Hoje se sabe que isso não é verdade. A única diferença entre homens e mulheres está na questão biológica, e não comportamental. Ou seja, essa crença antiga de que homem é mais capacitado do que mulher é uma construção social. Mas isso ainda acaba acontecendo nos dias atuais.

Uma dessas profissões que é extremamente segregada e feminizada é a profissão docente. Em um trabalho realizado com cinco professoras de uma escola pública da rede municipal de São Luís, Ataíde e Nunes (2016) perceberam nas falas das depoentes a normalização da profissão docente destinada exclusivamente às mulheres, uma situação que já é esperada e justificada por muitos/as

Ficou claro nas falas das depoentes que essa profissão é destinada às mulheres e esse fato é justificado por fatores que variam desde a vocação e maternidade até, ainda segundo elas, à pouca ou nenhuma capacidade masculina de adentrar numa profissão que, no ensino fundamental menor, requer cuidados que somente uma mulher poderia ser capaz de realizar. Para as professoras pesquisadas, a docência nas séries finais do ensino fundamental é atributo feminino devido a uma suposta habilidade, um dom maternal e, por isso, algo inalcançável aos homens que, ao tentarem insistir na profissão docente nas salas de aula de crianças, correm o risco de não terem a chance de atuar nas salas de aula (ATAÍDE; NUNES, 2016, p.182).

Porém, apesar da maior presença das mulheres na profissão docente e de sua tradição feminina, os cargos hierarquicamente mais altos são ocupados por homens, pois eles “não abandonam a sua identidade de gênero, nem perdem o interesse em manter os privilégios que têm na sociedade; pelo contrário, encontram vantagens estruturais que tendem a realçar suas carreiras” (WILLIAMS, 1995 *apud* SANTOS; AMÂNCIO, 2014, p. 712).

Ainda está muito implantada na sociedade a ideia de que homem é superior e melhor para fazer qualquer trabalho do que a mulher, justificado na ideia de que o homem é mais centrado, é o “chefe” da família e por isso merece receber um salário mais alto; a ideia de que o homem é mais inteligente, faz o trabalho melhor e rende mais lucratividade. Mesmo no caso de um homem e uma mulher realizarem as mesmas tarefas, “a discriminação que elas enfrentam abarca os processos designados por sexismo e preconceito no trabalho” (SANTOS; AMÂNCIO, 2014, p. 714). Apesar de grandes avanços em comparação com anos atrás, o Brasil ainda carece muito de discussões e visibilidade à mulher no mercado de trabalho.

Outro exemplo encontrado na discrepância presencial e salarial entrem homens e mulheres, está presente na profissão médica. Apesar da inclusão das mulheres na medicina desde o Século XIX, ainda há uma delimitação de sua atuação em áreas reconhecidas como femininas, como é o caso da pediatria, obstetrícia e ginecologia, áreas vista como feminina (QUITETE; VARGENS; PROGIANTI, 2010).

No Brasil, a medicina ainda é predominantemente masculina – 67,3% para 32,7% de mulheres, mesmo que no Programa de Saúde da Família (PSF) o número de mulheres médicas seja proporcionalmente maior – 44,5%. Tal fato pode ser justificado por se tratar de um espaço de trabalho assalariado, que valoriza a prevenção/educação sanitária e os cuidados de manutenção da vida, práticas que se aproximam do trabalho milenar da mulher (LOPES; LEAL, 2005, p. 120).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres já representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação no país. Porém, este aumento não acompanhou a presença delas nos cursos de exatas, sendo maior, ainda, a presença dos homens. O mesmo também acontece em Portugal (DIAS, 2019). Mas como justificar a maior presença das mulheres nos cursos de graduação e o seu baixo reconhecimento profissional?

Segundo Fulvia Rosemberg e Regina Pahim Pinto (1982), desde a década de 1980 as estatísticas indicavam trajetórias escolares mais lineares e bem-sucedidas para as meninas. Isso foi justificado pelo fato das meninas serem disciplinadas, obedientes e esforçadas; já os meninos eram agitados e bagunceiros. Em um estudo realizado com os responsáveis das crianças de 3 escolas públicas da cidade de São Paulo, Carvalho, Loges e Senkevics (2016) concluíram que todas as meninas participavam mais dos trabalhos domésticos do que os meninos.

Desde muito cedo, as filhas deixam de lado seus estudos para ajudarem nas tarefas domésticas, enquanto os filhos passam a tarde desocupados. Com pouco tempo para se dedicar aos estudos, as meninas se inspiram em suas mães como donas de casa ou com outros trabalhos medíocres. Pela falta de tempo de estudos, no futuro, acabam aceitando profissões desvalorizadas e mal remuneradas.

As expectativas não eram exatamente as mesmas para meninos e meninas, conforme aparentam à primeira vista: parecem ser mais intensas e mais altas para eles, apesar de suas irmãs apresentarem trajetórias escolares mais condizentes com elevadas expectativas.

No que se refere as meninas, parece que estamos diante de um círculo virtuoso: bem-sucedidas e sentindo-se à vontade na escola, muitas sonhavam com profissões qualificadas e, cedo, estabeleciam planos ambiciosos, independentemente do que pensavam seus pais e mães, em mais uma demonstração de autonomia. (CARVALHO; LOGES; SENKEVICS, 2016).

Isto é, além da falta de tempo para se dedicar aos estudos, pois estão ocupadas com as tarefas domésticas, a própria família não deu suporte e credibilidade às meninas. Os pais e mães achavam completamente natural a menina ajudar nas tarefas de casa, enquanto os meninos não ajudam.

Outro assunto que vale a pena ser destacado está presente no livro *Still a Man's World* (1995), em que Williams constata que os homens evitam os trabalhos visto como femininos porque os consideram fracos e pouco exigentes do ponto de vista intelectual. Em sua pesquisa, Williams (1995), notou que os homens recebiam um atendimento especial na contratação e promoção de serviços, sendo destinadas a eles atividades vistas como mais importantes, como cargos de chefia. Nesses casos, eles têm, em média, o salário mais elevado do que as mulheres. Ao manter na organização os privilégios que têm na sociedade, o homem contribui para a manutenção de estatuto. Dessa forma, “o local de trabalho não é neutro, e sim um lugar de criação e reprodução das desigualdades de gênero vigentes na sociedade.” (SANTOS; AMÂNCIO, 2014).

Diante do que foi exposto da dificuldade das mulheres adentrarem e se manterem estáveis no mercado de trabalho, do preconceito que se têm contra sua inteligência intelectual e do constante contraste salarial entre homens e mulheres, pode-se concluir que a escolha da profissão está marcada por estereótipos de gênero.

Dessa forma, pensar na escolha da profissão significa acreditar que o indivíduo escolhe e não escolhe ao mesmo tempo, já que é preciso pensar quais serão as implicações futuras que essa escolha lhes oferecerá. Se uma mulher escolher um curso de Mecatrônica, por exemplo, será que no momento de procurar um emprego a empresa vai escolher entre ela, mulher, ou um homem formado no mesmo curso? Sabe-se que o fato dela ser mulher, não a torna menos apta para o trabalho, mas não é isso o que a sociedade pensa. A realidade encontrada, ainda hoje, “à medida que aumenta a presença feminina, diminuem as remunerações, a

ocupação passa a ser considerada pouco qualificada e decai o prestígio social da profissão” (QUITETE; VARGENS; PROGIANTI, 2010, p. 236).

Assim, este trabalho buscou analisar, através da revisão bibliográfica, como se deu a percepção laboral dentro das instituições de ensino e a relação dessa percepção com os estereótipos de gênero, buscando relacionar e entender a compreensão que se tem de determinadas profissões.

3. METODOLOGIA

De acordo com Duarte (2002), uma pesquisa é um relato de uma longa viagem. Não há nada de original, mas um modo diferente de olhar as coisas, de acordo com as vivências individuais de cada pesquisador. Olhando dessa forma, se torna bastante pessoal.

Assim, como todos os artigos aqui analisados, este trabalho também foi de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental (GODOY, 1995). Ou seja, valoriza-se o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Esse tipo de trabalho se dá através de entrevistas, análise de fotografias, gravações e anotações (GODOY, 1995).

Logo, a pesquisa qualitativa é descritiva. “Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados” (GODOY, 1995, p. 62). Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo de observação da temática e com as descobertas futuras, e não com o resultado final.

Ao se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi feito um levantamento de análise bibliográfica. Segundo Severino (2000), uma pesquisa é composta por vários momentos: 1 – Determinação do tema; 2 – Levantamento bibliográfico referente ao tema; 3 – Leitura e análise dos documentos separados; 4 – Construção lógica do trabalho e 5 – Redação do texto.

Este trabalho em específico possui características de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte. De acordo com Picolo,

Tal método implica a identificação de trabalhos produzidos na área, seleção e classificação dos documentos por meio de critérios estabelecidos de acordo com os interesses e objetivos do pesquisador; descrição e análise das características e tendências do material encontrado e a avaliação de seus principais resultados, contribuições e carências (PICOLO, 2019, p. 48).

A análise dos dados foi feita através da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), sendo uma das formas de investigação de pesquisas qualitativas. Segundo ela se trata de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das

mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Essa análise busca compreender as características que estão por trás das mensagens analisadas. Logo, o esforço do pesquisador é duplo: entender o sentido da comunicação e buscar outra significação pessoal (CÂMARA, 2013). A utilização desse tipo de pesquisa se dá através de três passos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

A pesquisa começou a ser feita na plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta é uma fundação que faz parte do Ministério da Educação (MEC) e têm por objetivo incentivar e reger os cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Essa plataforma foi desenvolvida, principalmente, para equiparar as irregularidades regionais no acesso à informação científica no Brasil.

Também foi utilizada a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que se trata de um portal que reúne, organiza e publica na internet textos completos de revistas acadêmicas brasileiras. A plataforma tem livre acesso e é resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

Por se tratar de duas plataformas distintas, foi descrito separadamente o método de levantamento e seleção dos artigos encontrados em ambas as plataformas.

3.1 Portal de Periódicos Capes

Para iniciar a busca na plataforma, foram selecionadas as palavras “estereótipo de gênero”, “profissão” e “crianças”. Além disso, a plataforma permite a seleção do idioma dos trabalhos e o período de publicação. Assim, o idioma selecionado foi o português e o período de publicação foi entre 2015 e 2020. O levantamento foi realizado no dia 10 de Dezembro de 2020 e foram exibidos 38 artigos. Contudo, havia também no levantamento, além de artigos, livros. Tais documentos foram descartados inicialmente antes de realizar o panorama das temáticas dos artigos. Assim a primeira análise foi com base em 32 artigos.

Dentre as temáticas encontradas nos artigos havia: psicologia, questão étnico-racial e papéis de gênero, mídia, direitos humanos e gênero, mulheres e ciência, profissões e estereótipos de gênero, movimento social, criminologia feminista e outros. As temáticas foram agrupadas com base na leitura do título e nas palavras-chave dos textos, se dispondo no seguinte quadro:

Quadro 1 - Temática dos artigos encontrados no Portal de Periódico Capes.

TEMÁTICA DOS ARTIGOS ENCONTRADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES	
Temática	Qtd.
Psicologia	3
Questão étnico-racial e papéis de gênero	7
Mídia	2
Direitos humanos e gênero	5
Mulheres e ciência	2
Profissões e estereótipos de gênero	2
Movimento social	3
Criminologia feminista	3
Outros	5
Total	32

Fonte: dados levantados pela aluna.

Para a seleção dos artigos de análise e uso no trabalho, inicialmente foram lidos os resumos de todas as produções. Aquelas que não tratavam da área educacional e do estereótipo de gênero nas profissões foram excluídas da análise. Assim, apresentam-se informações referentes aos artigos selecionados:

Quadro 2 - Seleção de artigos para análise e uso no Portal de Periódicos Capes

SELEÇÃO DE ARTIGOS PARA ANÁLISE E USO NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES			
Título	Palavras-chaves	Autores	Ano

Temas das brincadeiras de papéis na educação infantil	Educação infantil Brincadeira de papéis Psicologia Histórico-cultural Desenvolvimento infantil	Suzana Marcolino Suely Amaral Mello	2015
Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas	Engenharias e licenciaturas Relações de gênero Homens e mulheres UFBA UTFPR	Lindamir Salete Casagrande Ângela Maria Freire de Lima e Souza	2016
Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista	Divulgação científica Percepção pública da ciência Estereótipo do cientista Mulheres Adolescentes	Gabriela Reznik Luisa Medeiros Massarani Marina Ramalho Maria Ataide Malcher Luis Amorim Yurij Castelfranchi	2017

Fonte: dados levantados pela aluna.

3.2 Biblioteca Eletrônica SciELO

Para iniciar a busca na plataforma, primeiramente foram selecionadas as palavras “estereótipo de gênero”, “profissão” e “crianças”. Além disso, a plataforma permite a seleção do idioma dos trabalhos e o período de publicação. Assim, o idioma selecionado foi o português e o período de publicação foi entre 2015 e 2020. No entanto, não foi encontrado nenhum documento. Com isso, mudaram-se as palavras chave para: “profissões” e “estereótipo de gênero” e aumentou-se o período de publicação entre 2010 e 2020.

O levantamento foi realizado no dia 10 de Dezembro de 2020 e foram exibidos 2 artigos. Os dois foram excluídos da linha de pesquisa da aluna, pois estavam direcionados à área da saúde. Buscando mais uma vez aumentar a busca por outros trabalhos, o direcionamento foi para: “crianças” e “profissões”. Foram encontradas 14 pesquisas. Assim, a primeira análise foi com base nesses 14 artigos.

Dentre as temáticas encontradas nos artigos havia: vocabulário infantil, saúde, brincadeiras, sucesso escolar e família. As temáticas foram agrupadas com base na leitura do título e nas palavras-chaves do texto, se dispondo no seguinte quadro:

Quadro 3 - Temática dos artigos encontrados na Biblioteca Eletrônica SciELO

TEMÁTICA DOS ARTIGOS ENCONTRADOS NA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO	
Temática	Qtd.
Vocabulário infantil	2
Saúde	8
Brincadeiras	1
Sucesso escolar	2
Família	1
Total	14

Fonte: dados levantados pela aluna

Para a seleção dos artigos de análise e uso no trabalho, inicialmente foram lidos os resumos de todas as produções. Aquelas que não tratavam da área educacional e do estereótipo de gênero nas profissões foram excluídas da análise. Assim, apresenta-se informações referentes aos artigos selecionados:

Quadro 4 - Seleção de artigos para análise e uso na pesquisa na Biblioteca Eletrônica Scielo

TEMÁTICA DE ARTIGOS PARA ANÁLISE E USO NA SCIELO			
Título	Palavras-chaves	Autores	Ano

<p>O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar?</p>	<p>Desempenho escolar Gênero Socialização familiar Setores populares urbanos Meninas</p>	<p>Marília Pinto de Carvalho Adriano Souza Senkevics Tatiana Avila Loges</p>	<p>2014</p>
<p>Mulheres cientistas: um estudo sobre os estereótipos de gênero das crianças acerca de cientistas</p>	<p>Gênero Ciência Mulheres Cientistas Estereótipos</p>	<p>Renata Rosenthal Daisy de Brito Rezende</p>	<p>2017</p>

Fonte: dados levantados pela aluna.

4. ANÁLISES DOS DADOS: CATEGORIAS QUE EMERGIRAM APÓS AS ANÁLISES DOS ARTIGOS

Quadro 5 - Tabela de identificação dos artigos analisados.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS			
Nº DO ARTIGO	TÍTULO	AUTORES	ANO
1	O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar?	Marília Pinto de Carvalho Adriano Souza Senkevics Tatiana Avila Loges	2014
2	Tema das brincadeiras de papéis na educação infantil	Suzana Marcolino Suely Amaral Mello	2015
3	Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas	Lindamir Salete Casagrande Ângela Maria Freire de Lima e Souza	2016
4	Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista?	Gabriela Reznik Luisa Medeiros Massarani Marina Ramalho Maria Ataide Malcher Luis Amorim Yurij Castelfranchi	2017
5	Mulheres cientistas: um estudo sobre os estereótipos de gênero das crianças acerca de cientistas	Renata Rosenthal Daisy de Brito Rezende	2017

Fonte: dados levantados pela aluna.

4.1 Categoria: presença da mulher no mercado de trabalho e desvalorização

Essa categoria emergiu, pois em todos os artigos selecionados para análise (foram eles: CARVALHO; SENKEVICS; LOGES, 2014 – MARCOLINO; MELLO, 2015 – CASAGRANDE; SOUZA, 2016 - REZNIK *et al*, 2017 — ROSENTHAL; REZENDE, 2017) a temática apareceu demonstrando a desvalorização da mulher frente às profissões e a luta diária que as mesmas têm que enfrentar para se equiparar aos homens.

Segundo Rosenthal e Rezende (2017), a história das mulheres no mercado de trabalho e nas escolas foi marcada por profundas dificuldades, sendo proibidas de estudar desde o século XI até o fim do século XIX. Suas atividades se concentravam nos quesitos domésticos: cozinhar, costurar e cuidar da casa e dos filhos era suas únicas distrações.

As mesmas autoras (2017) comentaram que a Industrialização deu início à aceitação das mulheres no mercado de trabalho, “pois era necessário qualificar e especializar os assalariados que fariam parte desse sistema” (ROSENTHAL; REZENDE, 2017, p. 1). Porém, de começo, o trabalho das mulheres não foi visto de maneira tão qualificada como o dos homens. Segundo Reznik *et al.*, (2017), dependendo da área cursada há diferenças salariais entre homens e mulheres, mesmo ambos ocupando o mesmo cargo. “Em carreiras consideradas tipicamente masculinas, as diferenças salariais entre homens e mulheres são maiores do que naquelas nas quais as mulheres são maioria” (REZNIK *et al.*, 2017, p. 830).

Segundo os mesmo autores (2017), historicamente existem áreas em que as mulheres conseguem se inserir mais fácil do que os homens. Conversando com o artigo de Rosenthal e Rezende (2017), as autoras comentaram que à medida que cresceu a presença de mulheres na carreira de professor/a, estabeleceu-se que a profissão poderia ser de interesse único da mulher, pois estavam ligadas com tarefas tipicamente femininas, como o cuidar e zelar pelo próximo.

Interessante ressaltar os dados trazidos por Rosenthal e Rezende (2017), que mostram que com o aumento da presença feminina na carreira de professor/a, houve o interesse do governo em reduzir os custos com o/a trabalhador/a educacional. Por ser considerada uma tarefa tipicamente feminina, “era esperado que a mulher nem cobrasse por isso, ou cobrasse muito menos do que um homem”

(ROSENTHAL; REZENDE, 2017, p. 2). A partir do momento em que a carreira de professor/a é feminizada, passa a ter baixo prestígio social.

Com isso, apresenta-se o conceito de estereótipo de gênero trazido no artigo de Rosenthal e Rezende (2017): “estão relacionados com a classificação segundo estruturas, culturas e contextos sociais. ‘É a ideia de que temos de, ou a imagem que surge espontaneamente de algo’” (BARDIN, 1997, p.5 *apud* ROSENTHAL; REZENDE, 2017, p. 2).

Através disso, foi possível observar que a presença feminina no mercado de trabalho foi, e ainda é, marcada por diversos tipos de preconceito. Dentre estes, o mais destacado neste trabalho de pesquisa se trata da desvalorização feminina frente ao masculino e também a diferença salarial, mesmo quando ambos exercem o mesmo cargo.

4.2 Categoria: profissões e estereótipo de gênero

A presente categoria emergiu depois que a temática das profissões e estereótipos de gênero apareceu em 3 dos artigos analisados. Foram eles: CASAGRANDE; SOUZA, 2016 – ROSENTHAL; REZENDE, 2017 – REZNIK *et al*, 2017.

Por ser o assunto central desta pesquisa, foi de extrema importância trazer o que dizem os autores sobre as profissões e os estereótipos existentes. Nessa categoria foram trazidas diferentes carreiras em que foi possível notar a diferença de tratamento entre homens e mulheres, assim como a escassa presença feminina em alguma delas.

No artigo de Reznik *et al.*, (2017) os autores citam algumas profissões em que é possível observar o estereótipo de gênero, como é o caso de engenharias – que contava com a presença de 30% de mulheres em 2000 – e comunicação social e biologia, onde a presença feminina era maioria (64% e 76% respectivamente).

Com isso, o Rosenthal e Rezende (2017) apresentam uma tabela que contém os cursos com maior presença feminina e cursos com maior presença masculina no Brasil, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2012). Cursos com maioria feminina e número de matrículas: Pedagogia (556.283), Enfermagem (198.872), Serviço Social (157.242), Gestão de Pessoas e Recursos Humanos (135.067), Psicologia (131.786), entre outros. Agora,

os cursos com maioria masculina e números de matrículas: Engenharia Civil (143.868), Ciência da Computação (108.874), Engenharia de Produção (90.266), Engenharia Mecânica (75.938), Gestão Logística (61.054), entre outros.

Através desses números, o artigo Rosenthal e Rezende (2017) apresenta que 77,1% das mulheres estão presentes nos cursos relacionados com a saúde e bem-estar. Isso se deve ao fato de que essa área tem sido traduzida como uma característica emocional, fazendo parte do que é abrigado socialmente como “de mulher”. O inverso também ocorre: as Ciências Exatas e Engenharias são predominantemente ocupadas por homens, e vistas como “feitos para homens” (ROSENTHAL; REZENDE, 2017). É por isso que algumas mulheres são conduzidas para determinadas áreas e não a outras.

O mesmo acontece na profissão de cientista. Segundo Reznik *et al.*, (2017), o número de cientistas mulheres já era praticamente o mesmo que o de cientistas homens em 2010. Porém, ao discutir os dados sobre a participação feminina e masculina entre os Bolsistas Produtividade do Censo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi visto que para avançar nos níveis da bolsa de produtividade o/a pesquisador/a precisa passar por uma série de critérios – entre eles atuação em cargos de chefia e liderança acadêmica. “Há um processo de discriminação vertical que se dá no momento em que as profissionais mulheres são mantidas em níveis inferiores da hierarquia da comunidade científica” (OLINTO, 2011 *apud* REZNIK *et al.*, 2017, p. 831).

Uma das razões da invisibilidade e da deslegitimação da presença feminina na ciência estaria associada à construção social de uma definição particular de ciência – como objetiva, universal, impessoal, abstrata, e da associação de tais características à masculinidade, em oposição à construção de feminilidade como ligada de forma essencial à irracionalidade e à emoção, ao cuidado e à natureza (FOX KELLER, 1987 *apud* REZNIK *et al.*, 2017, p. 831).

De acordo com Reznik *et al.*, (2017), esses fundamentos sexistas no pensamento científico influenciou profundamente as representações públicas sobre cientistas e ciência.

Assim, nota-se como a presença feminina está voltada para cursos da área da saúde, de cuidado, proteção e apoio ao próximo. Enquanto isso, os homens ainda estão nos cursos ditos “masculinos”, como os cursos na área de exatas; o que não é considerado passível à mulher.

4.3 Categoria: o que pensaram os/as estudantes das instituições de ensino

Este assunto apareceu em 3 dos artigos analisados. Foram eles: CASAGRANDE; SOUZA, 2016 – ROSENTHAL; REZENDE, 2017 – REZNIK *et al.*, 2017. Nesses estudos foi possível observar a percepção laboral que os/as alunos/as das instituições escolares pesquisadas tiveram em relação às profissões e os estereótipos de gênero.

Os artigos demonstraram a percepção das meninas em relação às carreiras “masculinizadas”, em que elas mesmas não se imaginavam um dia praticando a mesma profissão que um menino cientista, por exemplo. Através das pesquisas que foram citadas, deu para perceber como as meninas não acreditam no seu potencial e a maneira que ainda estão fixadas no conceito de “para homem” e “para mulher”.

Reznik *et al.*, (2017) citaram de forma direta a maneira que a imagem de cientista foi vista como um personagem masculino. Segundo eles, essa visão se deu pelo baixo interesse das meninas em seguir a carreira científica. Em 1957 a revista *Science* (Estados Unidos) abordou a percepção de estudantes sobre a ciência e profissão cientista. O resultado que chegaram confirmou a hipótese do estereótipo do cientista como um personagem masculino que trabalha sozinho em um laboratório e realiza experimentos perigosos. Um exemplo a ser destacado foi o desenho do Laboratório de Dexter, transmitido pelo canal Cartoon Network. Dexter é um menino cientista que tem um grande laboratório de experiências em sua casa. Ao contrário de sua super-dotação, sua irmã é o oposto de sua inteligência, sempre causando confusões no laboratório (ROSA, Maria Inês *et al.*, 2003).

De acordo com Reznik *et al.*, (2017) o estudo *Draw-A-Scientist-Test* (CHAMBERS, 1983) também fez uma pesquisa parecida e analisou o desenho de mais de 5 mil crianças no Canadá, Estados Unidos e Austrália. O resultado dessa pesquisa foi parecido com o da revista *Science*: a maioria das crianças desenhou um/a cientista do sexo masculino.

Ainda segundo Reznik *et al.*, (2017), em 1993 foi feita uma pesquisa brasileira similar às anteriores, comparando estudantes do Brasil, Estados Unidos, França e Nigéria, na faixa etária de 10 a 13 anos e 16 a 17 anos (MEIS *et al.*, 1993). Esse estudo mostrou o que já era esperado: o estereótipo de cientista do sexo masculino predominou. Mesmo entre as crianças de 10 anos que ainda não tinha

contato com ciência no sistema formal de ensino, esse estereótipo se mostrou presente. Isso diz respeito às diversas influências que as crianças receberam ao longo da vida e que foi falado no próximo capítulo.

Os autores do artigo Reznik *et al.*, (2017) fizeram uma pesquisa em que selecionaram apenas meninas que estavam cursando o 2º ano do Ensino Médio, na faixa etária entre 15 e 19 anos. A escolha pelo sexo feminino se deu pelo interesse na percepção das jovens sobre a imagem de cientista. A pesquisa se deu da seguinte maneira: foram espalhadas imagens de mulheres exercendo diferentes profissões que reproduzisse carreiras tradicionalmente voltadas para o sexo feminino, como professor/a, enfermeiro/a e cozinheiro/a e profissões mais associadas ao universo masculino, como engenheiro/a, motorista de ônibus e policial, sendo todos protagonizados por mulheres.

Em seguida, os autores (2017) utilizaram matérias de programas televisivos como motivadores de discussão. Foram optadas matérias em que tivesse entrevistas com cientistas mulheres em diferentes áreas do conhecimento, sendo de profissões relacionadas ou não ao universo feminino. Após a exibição das reportagens, foi feita uma discussão a partir de um roteiro de perguntas, que girava em torno das percepções das participantes sobre ciência e tecnologia e de cientistas. De maneira geral, os autores (2017) chegaram à conclusão de que todas as meninas tinham uma visão positiva com relação ao avanço da inserção da mulher no mercado de trabalho e uma expectativa otimista das participantes sobre suas próprias carreiras profissionais. “Me senti representada”, falou uma das meninas (REZNIK, *et al.*, 2017, p. 841).

Além disso, os principais atributos aos cientistas que Reznik *et al.*, (2017) puderam observar na pesquisa foram os mesmos anteriormente citados: homens com inteligência acima da média e criativo. Contudo, chamou a atenção dos autores, a maneira como as participantes demonstraram interesse em realizar pesquisa em áreas científicas. No entanto, foi principalmente em áreas que já agregam a maior quantidade de mulheres – cursos na área de ciências da saúde e ciências biológicas. “Confirmando a predominância das mulheres nesses campos de conhecimento, dados do CNPq, em 2012, mostram que quase 70% das bolsas de estudo nas ciências da saúde foram concedidas para pesquisadoras” (REZNIK *et al.*, 2017, p. 844).

Por fim, o Reznik *et al.*, (2017) pôde concluir que as matérias de ciência que mostraram mulheres cientistas puderam servir de motivação e ajuda para as meninas na busca pela profissão científica. Além disso, como essas participantes ainda estavam na escola, os/as professores/as tem um importante papel na formação da percepção de ciência das alunas, podendo contribuir ou não na escolha da carreira científica.

Outra pesquisa que valeu a pena ser citado neste trabalho foi a trazida por Cvencek; Meltzoff e Greenwald, 2011 *apud* Rosenthal; Rezende, 2017. O foco da pesquisa foi sobre estereótipos de gênero e Matemática, em que foram investigadas 247 crianças norte-americanas entre 6 e 10 anos de idade (126 meninas e 121 meninos). Essa pesquisa mostrou que há uma associação implícita das crianças com sua identidade de gênero e a Matemática. Ou seja, muito antes das crianças pensarem em seus interesses por essa área, já entendem o saber matemático “só para meninos” (ROSENTHAL; REZENDE, 2017, p. 5). Os resultados do estudo mostraram que a partir do segundo ano do Ensino Fundamental I as crianças acreditaram que Matemática é para meninos e ainda, que os meninos do Ensino Fundamental I se identificaram mais fortemente com a Matemática do que as meninas. Segundo Rosenthal e Rezende (2017), entre uma série de estereótipos estabelecidos às mulheres, se encontra que as mesmas não são racionais ou capazes o suficiente a fazer parte da área científica.

No trabalho de Rosenthal e Rezende (2017), as autoras fizeram uma pesquisa com o 6º ano do Ensino Fundamental I em uma escola municipal de São Paulo. O total de alunos participantes foi de 63 crianças. A pesquisa foi feita da seguinte maneira: as autoras aproveitaram que a escola estava realizando um evento com atividades sobre questões de gênero, visibilidade e protagonismo das mulheres e fizeram a pesquisa.

Primeiramente, foi apresentada às crianças a história de vida e a trajetória científica de Rosalind Franklin, a primeira cientista a visualizar uma proposta para a estrutura do DNA (ela foi excluída e omitida da história). Depois disso, as autoras (2017) pediram às crianças que desenhassem essa pessoa do jeito que a imaginavam e que representassem suas características de acordo com a imagem que se tem sobre a profissão de cientista. Porém, não foi falado em momento nenhum sobre o gênero da cientista. Apenas após a entrega dos desenhos as crianças descobriram que Rosalind era uma mulher.

Depois de analisar os desenhos, Rosenthal e Rezende (2017) chegaram a algumas conclusões: 72% dos alunos desenharam cientistas homens e com os mesmos estereótipos já vistos acima (inteligente e com fisionomia de “louco”). 19% desenharam cientistas mulheres e 9% um cientista sem gênero definido. Contudo, as autoras comentaram que boa parte das crianças que representaram cientistas do sexo feminino disseram ter “desconfiado” que seria uma mulher, por conta do evento que estava tendo na escola. Com isso, “esse resultado indicou que a representação espontânea de uma mulher cientista poderia ter sido inferior aos 19% apresentados neste estudo” (ROSENTHAL; REZENDE, 2017, p. 10).

Foi possível perceber que, apesar de Reznik (*et al* 2017) ter citado diversas pesquisas em seu artigos que comprovaram o estereótipo do cientista como um pesquisador do sexo masculino, os autores (2017) também mostraram que ao ver mulheres realizando atividades “masculinas”, meninas do Ensino Médio se sentiram contempladas e representadas por essas mulheres. Isso é muito importante, pois ao se ver no lugar do outro, isto é, ao se ver numa profissão masculinizada, aquela menina que está prestes a cursar o vestibular e escolher sua carreira, pode se influenciar positivamente e optar por uma área “masculina”, fazendo crescer, assim, a quantidade de mulheres em profissões vistas como “para homens” e influenciando outras jovens. Dessa forma, é muito importante apresentar à essas jovens que existiram mulheres quebrando a barreira e estando presente em carreiras consideradas “masculinas”.

4.4 Categoria: influências – como se dá a percepção laboral das crianças em relação às profissões e os estereótipos de gênero

A categoria de “influências” foi utilizada, pois apareceu em todos os artigos analisados. Esse trabalho se preocupou em, além de mostrar a percepção laboral dos/as estudantes das instituições de ensino; explicar de onde surgiu a concepção dessas crianças.

Com isso, as influências emergidas nos artigos analisados foram: “família”, “escola e professores”, “mídia” e “brinquedos e brincadeiras”. Essa categoria foi separada em subcategorias para melhor explicar a interferência de cada um na vida dos/as alunos/as das instituições escolares.

4.4.1 Família

A subcategoria “família” apareceu em 2 artigos analisados (foram eles: CARVALHO; SENKEVICS; LOGES, 2014 – CASAGRANDE; SOUZA, 2016). O principal deles tratou a forma como a família e as pessoas ao redor dos/as estudantes das instituições de ensino podem interferir de maneira positiva ou negativa na escolha profissional deles/as.

No trabalho de Casagrande e Souza (2016), as autoras tentaram responder à quais foram as motivações para a escolha do curso superior de engenharias e licenciaturas dos/as estudantes. Segundo elas, a maioria dos/as alunos participantes da pesquisa apontaram pouca influência familiar como decisiva em suas tomadas de decisão. Contudo, quando aparecia alguma figura parental de influência, essa pessoa era sempre do sexo masculino. As mães foram excluídas na fala dos estudantes.

Com isso, as autoras trouxeram Velho e León (1998 *apud* Casagrande e Souza (2016), que apontaram a falta de estímulo da família como um dos fatores que afastou as meninas/mulheres das áreas científicas. Ao trazer a descrição das entrevistas feitas com as estudantes, as mesmas explicaram que ao escolher a carreira de engenharia encontraram dificuldades para convencer a família. “Por ser considerado o estereótipo de curso masculino, meu pai me desestimulo [...] por não ter ninguém nessa área que pudesse me ajudar ou opinar” (CASAGRANDE; SOUZA, 2016, p. 834).

As autoras (2016) perceberam, através das entrevistas, que as famílias consideravam os cursos de engenharias como um ambiente hostil para as mulheres, e no intuito de as protegerem, preferia que elas não se aventurassem nessas áreas. “Se não fosse pela insistência de Maira, ela teria seguido os conselhos familiares e teríamos menos uma engenheira” (CASAGRANDE; SOUZA, 2016, p. 835). Com essa fala, as pesquisadoras (2016) trouxeram o termo “Labirinto de Cristal”, que são obstáculos quase invisíveis que se apresentam ao longo da vida acadêmica e profissional das mulheres (LIMA, 2013 *apud* CASAGRANDE; SOUZA, 2016).

Um desses “cristais” trazidos pela autora, diz respeito aos comportamentos familiares esperados das meninas. Carvalho, Senkevics e Loges (2014), fizeram um estudo sobre o papel da socialização familiar e o sucesso escolar de meninas. Em

seu estudo, as autoras confirmaram que as atividades domésticas foram distribuídas de forma desigual pelo pais/mães entre os filhos e filhas.

Em entrevistas feitas com os responsáveis de crianças entre 6 e 18 anos de idade, as autoras mostraram que os/as tutores diziam dividir as tarefas igualmente entre os/as filhos/as. Contudo, essa ideia proclamada de igualdade era desmentida nas falas das crianças, que diziam o contrário. Quando eram confrontados/as, os pais/mães se defendiam dizendo “acho que as meninas dão mais trabalho” (CARVALHO; SENKRVICS; LOGES, 2014, p. 722). Quase todos/as tutores/as disseram se preocupar mais com as meninas, por serem mais frágeis e vulneráveis.

Através disso, as autoras mostraram na pesquisa (2014) que as filhas eram mais vigiadas e tinham mais restrição de horário e de circulação se comparado com seus irmãos. “O sexo e a ordem de nascimento continuam a ser ‘os principais critérios de construção e desconstrução de igualdade de direitos e deveres entre irmãos/irmãs’ e que, ‘nos caos em que a desigualdade não é assumida, apresenta-se de forma implícita’” (BARROSO, 2008, p. 8 *apud* CARVALHO; SENKEVICS; LOGES, 2014, p. 722).

Por fim, as autoras (2014) apresentaram que os modelos educativos encontrados naquelas famílias dialogavam com o igualitarismo, entretanto, ainda continuavam com a desigualdade de gênero, restringindo mais as meninas da vida social do que os meninos. Segundo os/as tutores/as dessas meninas, elas precisavam aprender desde cedo certas características femininas que eram valorizadas socialmente, como a organização, a obediência, o silêncio e a calma; diferentemente dos meninos, que ficavam livres para fazer o que quiserem.

Além disso, as autoras (2014) mostraram como a divisão das tarefas domésticas entre os pais/mães influenciaram na percepção laboral das crianças acerca de seu lugar de gênero. Nas famílias entrevistadas, foi possível observar que apesar dos pais terem alguma participação nas atividades domésticas, as tarefas ainda apareciam de forma desequilibrada. Com isso, as pesquisadoras (2014) destacaram que isso se trata de relações de poder com supremacia masculina,

Relações que são fonte cotidiana de aprendizado para filhos e filhas a respeito de seu lugar de gênero. Sem dúvida, o exemplo das atividades parentais é uma fonte decisiva na socialização de gênero das crianças [...] Isto é, se meninas e meninos aprendem cotidianamente a respeito de hierarquias e também sobre passividade, obediência e autocontrole, ou, ao contrário, poder, ação e rebeldia, têm grande peso nesse aprendizado as

relações de poder entre seus pais e mães, assim como a divisão de trabalho entre eles (CARVALHO; SENKEVICS; LOGES, 2014, p. 724).

Através disso, segundo as autoras (2014), é possível concluir que as meninas estavam sendo criadas para seguir um estereótipo feminino de calma, paciência e zelo que futuramente iria se mostrar na escolha de sua profissão. Como mostra o texto de Rosenthal e Rezende (2017), a grande maioria das mulheres se encontrou em cursos de saúde e bem-estar, que também têm o estereótipo de cursos da área feminina, que exige cuidado, calma e doçura.

Assim, foi possível observar como a unidade familiar esteve presente nas justificativas dos/as estudantes das instituições de ensino ao escolher um curso na graduação. Além disso, Carvalho, Senkevics e Loges (2014) afirmaram que as famílias faziam muita diferenciação entre meninos e meninas, principalmente nas tarefas domésticas, em que as filhas eram as responsáveis; enquanto os filhos escapavam das tarefas do lar.

4.4.2 Escola e professores

Outro “cristal”, como já foi explicado acima, que influenciou a percepção laboral nas instituições de ensino quanto às profissões e estereótipos são a escola e os professores/as. Antes de entrar na universidade, o/a jovem passou a ter muito contato com os/as professores/as da escola. Estes/as influenciaram bastante a forma de pensar as profissões e escolher qual carreira seguir.

Com a pesquisa realizada em 2016, Casagrande e Souza puderam observar que a unidade escolar e os/as educadores/as eram grandes influenciadores nas decisões de jovens para a escolha da carreira profissional. A exemplo disso, as autoras (2016) trouxeram a fala de uma jovem participante da pesquisa, em que exibiu que os ex-professores da escola ficaram “chocados” ao descobrir que a menina iria cursar Matemática, pois, segundo ela, os professores achavam que seria muito desafiador e difícil para uma mulher cursar Matemática, já que mulheres não se interessam por esse tipo de coisa.

Além desse exemplo, outro que pode ser citado aqui é o caso de um aluno que foi grandemente influenciado pelos antigos professores a escolher um curso na área de exatas (Casagrande; Souza, 2016). Além do pai, os professores também o incentivaram muito a seguir na carreira de exatas. Contudo, após alguns semestres

no curso, o aluno decidiu mudar para Licenciatura, pois era o que ele realmente amava. Assim, pode-se observar que seu desejo de ser professor foi suprimido quando jovem, dando lugar às concepções das pessoas ao seu redor para a escolha da carreira.

De acordo com Leão (2012), geralmente os alunos não apresentam uma opinião formada sobre estereótipo de gênero, e podem acabar se influenciando com a concepção do professor. Por isso a importância do educador entrar na sala de aula de maneira transparente, despidido de preconceitos e opiniões. Compete a este profissional ter cautela em suas ações. “O papel do educador é compreender e respeitar os comportamentos distintos dos seus, pois suas atitudes devem ser democráticas e neutras” (COSTA; *et al.* 2012, pg. 140).

Além disso, Velho e Léon (1998 *apud* CASAGRADE; SOUZA, 2016) argumentaram que um dos motivos para a pouca presença feminina nos cursos de exatas se pela falta de exemplos e modelos. Ou seja, caso essa criança ou jovem não tenha acesso a exemplos de profissões que são ministradas tanto por homens como por mulheres, não irá conseguir se imaginar nessa profissão no futuro. Por isso a importância de apresentar a essas crianças e jovens as diferentes carreiras que existem e quebrar o estereótipo de gênero presente nelas (CASAGRANDE; SOUZA, 2016).

Dessa forma, foi possível observar que os/as alunos tiveram muito contato com os/as professores/as e que estes/as se tornaram figuras de inspiração dos/as jovens, que receberam ali fortes opiniões dos/as tutores/as sobre qual carreira deveriam seguir.

4.4.3 *Mídia*

Mais um “cristal” importante de ser destacado que apareceu nos textos de análise, foi influência midiática. Dos artigos analisados, 1 abordou essa temática (foi este: REZNIK *et al.*, 2017) e chegaram a mesma conclusão: alunos/as das instituições de ensino passavam muito tempo sob influência da mídia, que mostrava as profissões de maneira estereotipadas. Dessa forma, sem representatividade, a menina que via o comercial de televisão de um arquiteto não conseguia se imaginar nessa mesma profissão pelo simples fato de ser do sexo feminino.

No artigo de Reznik *et al.*, (2017), a representação da ciência e de cientistas foi retratado na ficção científica voltado para a representação da mulher cientista. Segundo os autores (2017), quando a cientista mulher foi retratada, não se apresentou o estereótipo de cientista maluco, como mostrou Reznik *et al.*, (2017) em relação ao estereótipo masculino. Diferentemente dos cientistas homens, as cientistas mulheres apareceram jovem, bonita e de corpo atlético. Nos filmes onde a mulher trabalha em equipe, tinha uma posição de subordinação aos homens. “A representação da mulher nesse universo fictício contribui para a formação de mitos acerca de uma menor competência da mulher cientista e acentua as formas de discriminação social da mulher na ciência” (REZNIK *et al.*, 2017, p. 835).

Com isso, “as imagens na mídia podem ser um dos principais subsídios para a percepção das meninas adolescentes com relação à sua autoimagem e às expectativas do que desejam se tornar no futuro” (REZNIK *et al.*, 2017, pl. 836). Chimba e Kitzinger (2010 *apud* REZNIK *et al.*, 2017), analisaram as representações midiáticas das mulheres cientistas em 12 jornais no Reino Unido. As conclusões à que chegaram as autoras (2010), reforçam o estereótipo já citado: mulheres aparecem em frequência muito menor do que a dos homens e há mais ênfase na beleza da mulher e sua aparência do que sua contribuição para a ciência.

Além disso, outros pesquisadores também analisaram as representações de personagens cientistas em 14 programas de ficção e desenho animado na TV dos Estados Unidos (LONG *et al.*, 2010 *apud* REZNIK *et al.*, 2017). Dos 186 cientistas identificados nos programas infantis, 113 eram homens. Já no Brasil, foi observada a representação da mulher cientista (MASSARANI *et al.*, 2013 *apud* REZNIK *et al.*, 2017). As cientistas mulheres apareceram em 16,5% das matérias analisadas, enquanto cientistas homens apareceram em cerca de 40% das matérias. Assim, a percepção laboral que jovens e crianças têm sobre cientistas se baseiam nas imagens simbólicas dos mesmos na mídia.

As representações midiáticas configuram-se como importantes referências para a percepção de meninas sobre o universo científico e as representações predominantemente masculinas de cientistas podem refletir em um menor interesse das adolescentes em seguir a carreira científica (REZNIK *et al.*, 2017, p. 937).

Assim, segundo os autores (2017), se tornou pertinente examinar as imagens de mulheres cientistas nas representações midiáticas, uma vez que a mesma tem

um papel fundamental na representação de cientistas que os jovens têm e sua percepção sobre tal profissão.

Dessa forma, foi possível observar que a mulher esteve pouco representada na mídia atuando em carreiras vistas como masculinas, e quando apareceu foi valorizado sua beleza, postura e seu corpo, e não sua capacidade intelectual; enaltecendo aqui a inteligência do homem e a formosura da mulher. Além disso, ao ter contato com programas de televisão, comerciais e outros utensílios midiáticos, as meninas passavam a ver sua autoimagem através daquela exibição. Por isso a importância da representatividade feminina em todos os seguimentos midiáticos, principalmente no que diz respeito as profissões, que foi o tema em assunto nesse trabalho.

4.4.4 Brinquedos e brincadeiras

Por fim, o último “cristal” se tratou da influência que foi trazida através do contato com brinquedos e brincadeiras, que emergiu em 2 artigos analisados (foram eles: MARCOLINO; MELLO, 2015 – CASAGRANDE; SOUZA, 2016) e que foi o principal destaque de influenciadores na percepção laboral dos/as alunos/as das instituições de ensino quanto à profissões e estereótipos de gênero.

Na pesquisa de Casagrande e Souza, (2016) em que as autoras analisaram o que motivou os/as jovens a seguir nas engenharias e licenciaturas, as pesquisadoras se depararam com a fala de uma entrevistada que as chamou a atenção. “O que me despertou a admiração pela construção civil foi o Lego”, disse a menina (CASAGRANDE; SOUZA, 2016). O Lego é um brinquedo de encaixe e construção que as crianças gostam muito.

Através da fala da entrevistada, as autoras (2016) passaram a prestar mais atenção e descobriram que outros 3 participantes também haviam trazido a curiosidade como fator importante na opção pelas engenharias. Os 3 destacaram que, desde pequenos, gostavam de brinquedos de encaixe e construção, que estimulam o raciocínio lógico e a concentração.

Antes de citar outros exemplos, Marcolino e Mello (2015) trouxeram explicações sobre a importância do brincar: “a criança quando brinca parte para um mundo imaginário, procurando escapar das imposições dos adultos” (ELKONIN, 2009 *apud* MARCOLINO; MELLO, 2015, p. 459). Ou seja, ao brincar a criança só

vive o momento, não pensando se aquele é um brinquedo de menina ou de menino. Os brinquedos têm embutido neles normas socialmente estabelecidas. Dessa forma, têm-se o jeito certo de brincar, de pegar e de explorar o brinquedo. Ademais, os brinquedos são socialmente dirigidos para meninos e meninas.

Através dos brinquedos e brincadeiras as crianças foram aprendendo a se portar socialmente como homens e mulheres. Os brinquedos foram apenas um dos vários caminhos que levaram as crianças a carregar em si significações sobre ser homem e mulher com papéis e condutas esperadas. Como salientaram Lira e Nunes (2016), o fato dos adultos presentear as meninas com bonecas e os meninos com carrinhos, influenciaram as crianças, desde cedo, a pensar o modo a terem seus corpos definidos às diferenças de gênero. “Ao ganhar um brinquedo, a criança recebe também um conjunto de valores e intenções presentes nos produtos” (LIRA, 2009, p. 512).

Segundo Elkonin (2009 *apud* MARCOLINO; MELLO, 2015), dos 3 aos 6 anos de idade a criança passa a atingir o nível de brincadeira de papéis. Esse tipo de brincadeira se dá pelas interações entre as crianças imitando o mundo a sua volta, protagonizando, assim, os papéis sociais banalizados por regras. Ou seja, a criança brinca com aquilo que lhe é disponível e oferecido.

De acordo com Marcolino e Mello (2015) a presença do adulto como força impulsionadora do desenvolvimento é muito importante, pois é ele/a que deve oferecer uma vasta variedade de brinquedos para a criança explorar e brincar da maneira que deseje.

Para as autoras (2015), é na idade pré-escolar que a criança sente a necessidade de agir como um adulto, passando a brincar imitando os adultos ao seu redor. Com isso, ao assumir o papel do outro, a criança assume também os limites e possibilidades do outro, cujo papel assume na brincadeira. “Assumir um papel implica seguir as regras que caracterizam a atividade do personagem, o que implica no exercício do ‘eu devo’ em relação ao ‘eu quero’” (MARCOLINO; MELLO, 2015, p. 460). Assim, a intervenção pedagógica e da família é necessária, pois deve apresentar a atividade humana em suas múltiplas possibilidades.

Voltando aos exemplos, Casagrande e Souza (2016) mostraram como é importante oferecer a meninos e meninas brinquedos que estimulem a curiosidade e experimentação. Na fala de uma das entrevistadas, percebeu-se que ela teve uma educação não-sexista quando pequena, uma socialização não baseada no

estereótipo de gênero. A ela lhe foi dado bonecas que cultivam o cuidado e amorosidade e quebra-cabeça que atende ao raciocínio. Por esse motivo ela se tornou engenheira e recebeu apoio de sua família, pois a mesma não a proibiu de explorar a diversa gama de brinquedos. “Eu não tive o porquê me restringir de desenvolver esse interesse em querer saber como tudo funcionava ou de cursar um curso da área de exatas, interesses considerados masculinos” (CASAGRANDE; SOUZA, 2016, p. 845).

Com isso, as autoras (2016) finalizam seu trabalho dizendo:

A socialização diferenciada de meninos e meninas transpareceu em alguns depoimentos, o que nos leva a deduzir que quando as crianças/adolescentes têm liberdade para escolher as brincadeiras e atividades que desejam desenvolver durante seu processo de socialização, é possível que eles/as façam escolhas que fujam do esperado para cada gênero; as habilidades para as exatas estão presentes em meninos e meninas e interferem em suas escolhas por cursos superiores (CASAGRANDE; SOUZA, 2016, p. 847).

Como citam Marcolino e Mello (2015), há algumas escolas em que as brincadeiras sofrem o abandono do/a professor/a, por ser considerada uma atividade de segunda categoria e também por ele/a não entender o papel da brincadeira no desenvolvimento humano na infância. Para Elkonin (1987 *apud* MARCOLINO; MELLO, 2015), o professor deve observar as brincadeiras das crianças com olhos atentos, pois essas refletem condutas fundadas em normas e valores sociais, e se intervir quando preciso, para que, assim, eduquem as crianças para a igualdade e longe de estereótipos profissionais.

Assim, foi possível observar através dos artigos analisados que enquanto brinca, a criança está despida de preconceito, valorizando apenas sua interação com o colega e sua imaginação fértil. Aquela famosa história de “boneca é de menina” e “carrinho é de menino”, exclusivamente, surgiu não com as crianças, mas sim com a sociedade e essa ideia veio perpassando até os dias de hoje.

Além disso, verificou-se que em uma determinada idade da infância a criança passa a realizar brincadeiras de papéis, que é uma recreação de imitação de sua realidade. A criança imita o pai que é policial e a imita a mãe que é professora, por exemplo. Logo, os autores dos artigos analisados comentaram a importância de observar de forma atenta essas interações das crianças com os brinquedos e promover uma educação não-sexista, não mostrando com o que a criança deve ou

não deve brincar; apresentando á ela uma grande variedade de brinquedos e brincadeiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi conhecer, analisar e problematizar o que pensaram os/as alunos/as das instituições de ensino quanto as profissões e os estereótipos de gênero e os estudos que falam sobre isso nos últimos 10 anos. A pesquisa se deu por meio de um levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Eletrônica Scielo e no Portal de Periódico Capes.

Ao realizar o levantamento de artigos para serem analisados neste trabalho, pouco apareceu sobre a percepção laboral apenas das crianças de Ensino Fundamental I. Por este motivo ampliou-se a pesquisa da temática envolvendo também todas as instituições de ensino, como creche, escolas (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e Universidade, sobre as profissões e os estereótipos de gênero.

Ao todo foram encontrados 46 artigos que levaram em consideração a temática aqui estudada, porém, dentre estes, apenas 5 foram relevantes para a análise feita, demonstrando que ainda há muito a ser explorado, discutido e investigado dentro da temática, podendo-se concluir que as pesquisas nessa área são extremamente escassas. Além disso, verificou-se que as pesquisas na área do Ensino Fundamental são ainda menos expressivas quando comparadas às do Ensino Médio ou Superior.

As leituras e análises dos textos evidenciaram importantes aspectos do gênero. O primeiro aspecto foi relativo à concepção de gênero como uma construção social, e não biológica. Ou seja, não apenas o sexo biológico define homens e mulheres, mas também sua maneira de estar no mundo.

O segundo ponto foi o estereótipo de gênero, que são os rótulos e impressões criadas de maneira generalizada pela sociedade. Após realizar as leituras, percebeu-se que as crianças nascem despidas de qualquer tipo de preconceito e a partir da socialização com o mundo começa a se constituir com uma percepção laboral das coisas.

Assim, através de pesquisas lidas foi possível concluir que a brincadeira é muito importante para o desenvolvimento infantil, pois, através das brincadeiras a criança abre mão de todo tipo de imposição depositada nela, e também porque é através das brincadeiras que a criança reconhece e se conecta com a sua realidade, podendo experimentar, construir e desconstruir diversos papéis.

Outro ponto relevante que foi analisado é de que forma a percepção laboral dos/as estudantes das instituições de ensino se tornou disposta de estereótipos em relação as profissões. Com isso, se pôde concluir que foram 4 os agentes influenciadores: família, escola, brinquedos e brincadeiras e mídia.

No que diz respeito a unidade familiar, foi possível observar como a mesma é um grande influenciador na maneira das crianças pensarem as profissões. Mesmo desde pequenas, as crianças já nascem com uma série de expectativas da família, que ele/a deverá (ou não) cumprir ao longo de sua vida. Muitas vezes essa criança nasce num contexto em que seu futuro já foi determinado pelos pais e mães e seguem ouvindo opiniões sobre qual profissão deveria seguir e recebe comentários de que determinada profissão não é adequada para seu sexo. Assim, é preciso quebrar essa concepção na família e criar os/as filhos/as com uma educação não-sexista; deixando seus/as filhos/as livres para fazer suas próprias escolhas, principalmente quando se diz respeito à carreira profissional que deseja seguir

Assim como a família, a escola também foi influenciadora de maneira positiva ou negativa na escolha profissional de estudantes/as das instituições escolares. No texto de Casagrande e Souza (2016), as autoras mostraram um caso de um estudante de engenharia que foi persuadido por seus/as ex-professores/as a escolher a carreira de engenheiro. Contudo, alguns anos após seus estudos na área, o jovem optou por abrir mão da carreira de engenheiro e fazer o que ele realmente amava: ser professor. Por isso a importância do educador entrar na sala de aula de maneira transparente, despido de preconceitos e opiniões. Compete a este profissional ter cautela em suas ações.

Ademais, os brinquedos e brincadeiras presentes no universo infantil também foram considerados na hora de escolher a carreira profissional. Casagrande e Souza (2016) trouxeram um exemplo de uma jovem estudante de engenharia que optou por seguir nessa carreira devido à grande influência que os brinquedos de montar tiveram no decorrer de sua vida. A garota contou que os pais/mães nunca a proibiram de brincar e explorar qualquer tipo de brinquedo. Ela conta que teve bonecas e também carrinhos e mostrou que a importância do brincar livre de preconceitos a levou a escolher uma carreira tipicamente masculina, mas ela não ligou para isso.

Assim, é preciso que a família e a escola estejam atentas a maneira que as crianças brincam e se preocupem ao máximo a dispor todos os tipos de brinquedos

para todas as crianças, sejam elas meninas ou meninos. Deixar a criança brincar livre e com a imaginação a solta pode aumentar a presença feminina nos cursos considerados masculinos. As meninas precisam se ver naquela profissão para poderem enxergar nela seu futuro também.

Por fim, a mídia também se mostrou ser um grande influenciador. No mundo tecnológico de hoje, pode-se observar o marketing como grande manipulador neste processo de estereótipo, podendo exercer influências sob a educação das crianças e contribuir para esculpir identidades. Ao apresentar uma propaganda televisiva de um menino atuando como um mini engenheiro, por exemplo, a garotinha que está em casa assistindo a esse comercial pode pensar que essa profissão não lhe diz respeito, pelo simples fato dela ser mulher. A imagem do menino deixa implícita a mensagem de que lugar de mulher não é na engenharia. São coisas assim, pequenas e que muitas vezes passam despercebidas no dia a dia, que devem ser notadas, discutidas e questionadas. A representatividade importa muito.

Assim, com o fim dessa pesquisa, considerou-se essencial que a temática apresentada seja discutida, ampliada e aprofundada por toda a sociedade. Foi importante compreender que é preciso abrir mão dos estereótipos que estão presentes nas profissões. Ao continuar com essa educação tradicionalmente voltada para “coisas de menina” e “coisas de menino” os/as alunos/as das instituições escolares crescem com uma concepção laboral preconceituosa e, assim, continuam contribuindo para as diferenças profissionais que foram apresentadas nesse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. G. G; PINHO, L. V. Adolescência, Família e Escolhas: implicações na orientação profissional. Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008.

ATAIDE, P C; NUNES, I. M. L. Feminização da profissão docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. Revista educação e emancipação, São Luís, v. 9, n. 1, p. 167-188, jan/jun. 2016.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Ed. 2. São Paulo: Edições 70, 2011. 141p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF. MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Relatório nacional brasileiro: convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça; Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, 2002. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher/1relatorio-nacional-brasileiro-2002.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CÂMARA, Rosana. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Revista Institucional de Psicologia, Brasília, p. 179-191, jul/dez 2013.

CARVALHO, M. P; LOGES, T. A; SENKEVICS, A. S. Famílias de setores populares e escolarização: acompanhamento escolar e planos de futuro para filhos e filhas. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 81-99, 2016.

CARVALHO, M. P; SENKEVICS, A. S; LOGES, T. A. O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar? Educ. Pesqui, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 717-734, jul/set 2014.

CASAGRANDE. L. S; SOUZA, A. M. F. L. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 825-850, set/dez 2016.

CHAMBERS, David Wade. Stereotypic Images of the Scientist: the draw a scientist test. Science Education, n. 67, v. 2, p. 255-265, 1983.

CODE, Lorraine. Encyclopedia of Feminist Theories. 2. ed. Oxon: Routledge, 2000. 68 p.

COSTA, Ana Paula *et al.* Tamanho é documento? Uma análise da sexualidade, relações de gênero e formação docente através de desenhos infantis. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara, v. 7, n. 3, p. 133-151, 2012.

DIAS, S. J. Mulheres e as suas profissões: representações de crianças de uma escola portuguesa. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2019.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, n. 115, p. 139-154, mar 2002.

FINCO, Daniela. Infância, cidadania e igualdade de gênero. Desafios para a educação infantil. Santiago, 2013.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. Revista Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 3, p. 89-101, mar, 2016.

FINCO, Daniela. Socialização de Gênero na Educação Infantil. Fazendo Gênero 8: Corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis, 2008.

FRAZÃO, Lílian Meyer; ROCHA, Sérgio Lizias C. de O. Gestalt e Gênero. Livro Pleno, 2005.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos Femininos. Marcadas a Ferro. Brasília, p. 77-92, 2005.

LEÃO, A. M. C. A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Araraquara, 2012.

LIRA, A. C. M; NUNES, M. A. Ensinando a ser menino e menina: brinquedos e relações de gênero. Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 14, n.01, p. 181-200, jan/jun 2016.

LIRA, A.C.M. Brinquedos: história, cultura, indústria e educação. Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau, v. 4, n.3, p. 507-525, set./dez. 2009.

LOPES, M. J. M; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. Cadernos Pagu, Campinas, p. 105-125, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARCOLINO, S; MELLO, S. A. Temas das brincadeiras de papéis na educação infantil. Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 457-472, 2015.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, Cristina. *Dialéctica feminista de la ilustración*. Dialnet Plus, Madrid, p. 105-164, 1994.

MORAES, J; SCHMIDT, S. A mídia ensina “coisas” de menino e de menina: um estudo sobre consumo, gênero e cultura infantil. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Novo Hamburgo, 2010.

PICOLO, Giovanna. Educação em sexualidade para deficientes físicos: uma revisão bibliográfica. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 2019.

PRATES, M. I. Educação para a igualdade de gênero: um estudo de caso numa instituição de educação de infância. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação e Projeção de Crianças e Jovens em Risco) – Instituto Politécnico de Porto Alegre, Escola Superior de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, 2014.

QUITETE, J. B; VARGENS, O. M. C; PROGIANTI, J. M. Uma análise reflexiva do feminino das profissões. História da Enfermagem, Santa Catarina, v. 1, p. 223-239, fev 2010.

RABELO, A. O. Contribuição dos estudos de gênero às investigações que enfocam a masculinidade. Ex aequo. Aveiro, n. 21, p. 161-176, 2010.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. Cadernos Pagu, Campinas, p. 89-98, 1998.

RAMOS, D. M; NASCIMENTO, V. G. A família como instituição moderna. Revista de Psicologia, Niterói, v. 20, n. 2, p. 461-472, jul/dez 2008.

REZNIK, Gabriela *et al*. Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista? Estudos Feministas, Florianópolis, p. 829-855, mai/ago 2017.

ROSA, Maria Inês Petrucci *et al*. Os Cientistas nos Desenhos Animados e os Olhares das Crianças. IV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Campinas, p. 1-13, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado, e políticas de educação infantil. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

ROSENTHAL, R; REZENDE, D. B. Mulheres Cientistas: um estudo sobre os estereótipos de gênero das crianças acerca de cientistas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, 2017, Florianópolis. Anais [...] São Paulo: USP, 2017, p.12.

SANTOS, Juliana Anacleto. Gênero na teoria social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, p. 1-15, maio, 2010.

SANTOS, M. H; AMÂNCIO, L. Sobreminorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações. Lisboa, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n212/n212a07.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SBCCOACHING. Estereótipo: Significado, Sinônimos, Diferentes Tipos e Exemplos. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/estereotipo/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Nova Iorque, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p.62-95.

SENKEVICS, A. S; CARVALHO, M. P. "O que você quer ser quando crescer?" Escolarização e gênero entre crianças de camadas populares urbanas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 97, n. 245, p. 179-194, jan/abr. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Ed. 21. São Paulo: Cortez, 2000. 304 p.

SOIHET, R; PEDRO, J.M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, p. 281-300, 2007.

SOUSA, V.; CARVALHO, M. Por uma educação escolar não-sexista. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. São Paulo, [200-?]. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 19 maio 2020.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. Cadernos Pagu, Campinas, p. 265-283, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

VIANNA, C; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago, 2006.

WHITAKER, Dulce. Menino-menina: a escola e seus alunos. Ed. UNESP, 1995. p. 31-53.

WILLIAMNS, C. L. Still a Mans World. Men who do Womens work. Londres, University of California, 1995.

Célia Regina Rossi

Orientadora Profa. Dra. Célia Regina Rossi

Marília F. de Araújo

Coorientadora Ms. Marília Frassetto de Araújo

Ana Luisa Duarte de Paula

Ana Luisa Duarte de Paula